FTIUESP CUT

SINERGIA

Serviço essencial
Sindicato indispensável

Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de SP

www.sinergiaspcut.org.br

Número 1364
12/12/2016 a 20/01/2017

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Stieec- filiado em 1988
Gasistas- filiado em 1989
Sindprudente - filiado em 2005
Sindlitoral - filiado em 2006
Sindbauru - filiado em 2009
Sindluz Araraquara
SindMococa
Sinergia CUT - filiado em 12/12/99

O Sindicato entra em recesso a partir do dia 22 de dezembro na sede e nas macrorregiões, retornando às atividades normais no dia 03 de janeiro de 2017. Confira o nome e o telefone dos dirigentes que permanecerão de plantão na sede em Campinas nas datas abaixo:

22/12/2016 - Esteliano - 99247-8002
23/12/2016 - Glauco - 99266-7328
26/12/2016 - Vicente - 99102-0632
27/12/2016 - Zétula - 99248-5266
28/12/2016 - Alberto - 99236-0951
29/12/2016 - Sidney - 99914-6799
30/12/2016 - Ceccato - 99248-8608
02/01/2017 - Glauco - 99266-7328
03/01/2017 - Expediente normal

Esta é a última edição no ano de 2016 do Jornal do Sinergia CUT.
A publicação volta a circular normalmente a partir de janeiro/fevereiro. Até lá.

Ainda nesta edição especial

Balanço da CS 2016: o que é nosso ninguém tira!

União e luta da categoria fizeram a diferença em todo o ano

Página 02

Grandes vitórias em 2016!

Peri da Cesp, resíduo do Pecúlio Funcesp, Acordo dos Operadores e Base 200 da AES Tietê e Majoração da escala CPFL

Página 03

O presente e o futuro do setor elétrico

Truques e armadilhas arquitetadas pelo ocupante do Planalto

Página 04

CS 2016

O que é nosso ninguém tira!

Greves e paralisações marcaram a Campanha deste ano. A união e a luta dos trabalhadores fizeram a diferença!

Graças à união e à disposição de luta dos trabalhadores, a Campanha Salarial 2016 conseguiu, em meio aos cenários econômico e político conturbados, ir além da manutenção das conquistas trabalhistas em muitas empresas do setor energético paulista. As greves, paralisações e atos realizados este ano pela categoria conseguiram reverter algumas tentativas de retirada de direitos históricos.

As empresas, sendo que algumas delas sofreram mudanças no controle acionário, pegaram onda na crise criada deliberadamente e, acreditando que seus trabalhadores jamais iriam se mobilizar, equivocadamente, apostaram que era o momento de retirar direitos, tentando antecipar a flexibilização da legislação que caminha a passos largos no Congresso Nacional.

À direção do Sinergia CUT restava resgatar uma prática que alimentou esse projeto desde seu nascedouro, ou seja, ousar, ousar e ousar. E sempre com o sentimento de que quanto maior a opressão e a crise, maior é a razão para propagar o sonho de uma sociedade mais justa. “Essa percepção nos levou a intensificar nossa organização com objetivo de mobilizar os trabalhadores e, caso necessário, deflagrar a greve”, avaliou a direção do Sindicato.

Energisa

A precarização das condições de trabalho e as demissões desenfreadas foram o combustível ideal para que o Sinergia CUT e os trabalhadores do Grupo Energisa protagonizassem a primeira e maior até então articulação de mobilização em uma empresa privada no setor em São Paulo.

Em maio deste ano, foi realizado um dia de mobilização histórico com rejeição de proposta, atingindo 22 locais da empresa, que depois culminou em greve por tempo indeterminado a partir do dia 23.

Depois, já em greve, trabalhadores aprovaram a proposta com avanços apresentada pela empresa durante audiência no Ministério Público do Trabalho (MPT). Valeu a pressão!

CPFL Jaguariúna

Em seguida, foi a vez dos trabalhadores da CPFL Jaguariúna lutarem. Depois de a empresa encerrar de forma intransigente as negociações e amedrontar os trabalhadores para aprovar a proposta apresentada na 5ª e última rodada de negociação, ocorrida em maio, os trabalhadores rejeitaram o ACT proposto. Essa rejeição se deu nas urnas para resguardar a integridade dos trabalhadores, fazendo com que o Sindicato quebrasse paradigmas.

Os trabalhadores realizaram uma greve histórica, que somente foi interrompida após um dia e meio, quando o Sindicato tomou conhecimento de que a empresa havia entrado com dissídio de greve, com agendamento de audiência para o dia 11 de julho. Após consultados, os trabalhadores, de forma responsável, deliberaram por permanecer em estado de greve para aguardar o resultado da mesma. Depois disso, mais duas audiências foram realizadas até chegar a uma proposta digna.

Eletrobras

As datas-base se entrelaçaram, ou seja, abril misturou com maio que por sua vez entrou junho adentro e a campanha do primeiro semestre só acabou no quarto trimestre do ano.

Um exemplo dessa intensa campanha salarial foi o grupo Eletrobras, onde ocorreu mais de 20 dias de greve: a empresa judicializou as negociações. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) aplicou nas audiências de conciliação uma dura postura neoliberal. A luta dos trabalhadores fez toda a diferença!

E a data-base junho veio fortemente contaminada pela posição dos trabalhadores da Energisa, da Jaguariúna (que ainda não tinha concluído a campanha) e do Grupo Eletrobras. A insatisfação dos trabalhadores aumentou com a percepção de que as empresas não haviam abandonado a ideia de reduzir o ACT e de não recompor salários.

Elektro e outras empresas

Enquanto a PPGB apresentava uma pauta bomba, a Elektro afirmava que terminaria as negociações em duas ou três reuniões e que não tinha dinheiro para corrigir o salários pela inflação.

Com isso, a CTEEP, AES Tietê Energia, Duke e Comgás começaram a retardar o processo de negociação aguardando a Elektro, que tinha intenção de reajustar para no máximo 8%. Mas esse plano não foi eficaz diante da capacidade de negociação do Sindicato e união dos trabalhadores e, acordos foram fechados preservando direitos e conquistas.

Quanto à Elektro, a estratégia do Sinergia CUT foi alinhar todos os sindicatos à mesa de negociação e, juntos, rejeitaram a proposta. Essa posição fez com que a empresa reabrisse as negociações e alterasse alguns itens, porém, ela não mexeu no índice. Diante disso e com um intenso assédio, os trabalhadores votaram em urnas, rejeitaram a proposta e deliberaram greve em setembro.

Pela primeira vez, a direção da empresa se dobrou à pressão da categoria e reabriu a negociação mesmo com outras bases sindicais tendo aprovado a proposta da empresa. Houve melhoras em itens importantes. Mas, não houve alteração da recomposição da inflação. O Sindicato conseguiu “arrancar” da empresa a redução da jornada de trabalho com alteração da base mensal 200 horas em janeiro de 2017 sem prejuízo da ação judicial em andamento.

CPFL PPGB

Depois de 27 anos, em julho passado, trabalhadores da CPFL PPGB realizaram greve em toda a base. Foi um marco para os energéticos do Estado de SP. Demonstrou na prática o quanto a categoria estava unida e disposta a não aceitar mais a intransigência e o desrespeito da empresa, que judicializou o processo de negociação.

Invasão chinesa

Outro grande desafio foi a “invasão chinesa”. Os chineses, além de assumirem o comando das Usinas de Ilha Solteira e Jupiá compradas da Cesp e promoverem um verdadeiro arrastão no antigo ACT, também compraram parte da CPFL (da Camargo Corrêa) e mais recentemente a Duke.

Nossa luta não acaba nunca!

É isso aí! 2016 chega ao fim e estaremos novamente juntos rumo à vitória em 2017!

Novo Portal do Sinergia CUT

O Portal do Sinergia CUT está de cara nova. Importante fonte de informação e de pesquisa para milhares de internautas, o novo site está mais atrativo e prático, com espaço para mais notícias, fotos, charges e vídeos, histórico e dados sobre as direções dos sete Sindicatos que compõem o Sinergia CUT, entre outros links.

Tudo porque a Comunicação sempre foi e é prioridade do Sindicato para o fortalecimento da entidade.

“É por isso mesmo que o Sinergia CUT investe em várias mídias que pautam as notícias buscando a qualidade de informação, seja através do site, do facebook, seja pelos jornais e boletins”, afirma Paulo Robin, diretor da Área de Comunicação do Sindicato.

Acesse www.sinergiacut.org.br, conheça o novo portal e navegue com mais facilidade e agilidade.

Fique informado sempre!

EXPEDIENTE

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.
Sede: Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas,SP - CEP: 13015-082. **Fones: Campinas** (19)3739-4600 / 0800-171611; **São Paulo** (11) 5571-6175; **SindGasista** (11) 3313-5299;
Bauru (14)3234-8445; **Ilha Solteira** (18)3742-2828; **Presidente Prudente** (18) 3903-5035; **Ribeirão Preto** (16) 3942-1148
Rio Claro (19) 3524-3712; **Baixada Santista** (13) 3222-6466; **São José do R.Preto** (17) 3421-2485; **Vale do Paraíba** (12) 3622-4245;
SindLitoral (13) 3422-1940; **SindPrudente** (18) 3222-1986; **SindLuz Araraquara** (16) 3332-2074
Diretor de Comunicação: Paulo Robin
Redação e diagramação: Débora Piloni (MTb 25172), Elias Aredes Jr. (MTb 26850), Lílian Parise (MTb 13522) e Nice Bulhões (MTb/MS 74)
Fotografia: Roberto Claro **Ilustração:** Ubiratan Dantas
E-mail: imprensa@sinergiaspcut.org.br Tiragem: 12.500 exemplares

Resistência e ousadia

Luta incansável. Vitórias históricas

Peri Cesp: proposta aprovada por quase dois mil trabalhadores e acordo histórico homologado na Justiça do Trabalho: grana à vista!

2016 chegando ao fim. Apesar dos fatos tristes e polêmicos ocorridos e que abalaram a economia, a política e, consequentemente a sociedade brasileira, para os energéticos do estado de SP o balanço de tudo neste 2016 é positivo: manutenção de direitos e conquistas nas negociações diretas e várias vitórias judiciais quando as empresas insistem na intransigência. A mais recente delas foi o Acordo da Peri da Cesp que, depois de 22 anos de muita luta, foi homologado no último dia 23 de novembro. Porque a gente não desiste nunca.

Foram 22 anos de muita luta e, enfim, saiu no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em Campinas, a proposta final para a quitação do processo de Periculosidade da Cesp movido pelo Stieec/Sinergia CUT contra a empresa.

E a proposta foi aprovada por ampla maioria em assembleias realizadas em toda a base entre 01 e 22 de novembro. Sendo assim, o acordo foi homologado na Justiça do Trabalho, no último dia 23.

Cada trabalhador receberá o valor que foi informado nas assembleias, conforme cálculos apurados pelo perito nomeado pela 8ª Vara do Trabalho de Campinas.

Para aqueles que forem receber até R$ 40.000,00 o valor será pago à vista, a partir do dia 17 de janeiro de 2017. Os demais, cujo valor for superior a R$ 40.000,00, receberão em 13 parcelas fixas mensais e iguais sempre após o 5º dia útil de cada mês, a começar em fevereiro de 2017.

Observação importante: somente aqueles que aderirem ao acordo e encaminharem no prazo estipulado toda a documentação necessária ao Sindicato receberão os seus respectivos valores. Para saber mais sobre os detalhes dessa vitória e ter acesso às informações sobre a documentação necessária, basta acessar o site do Sinergia CUT (**www.sinergiaspcut.org.br**).

Notícia boa! Funcesp pagará resíduo do Pecúlio por Morte

Os trabalhadores que eram participantes do Plano de Pecúlio por Morte do PSAP – que foi encerrado e convertido em Seguro de Vida em Grupo em novembro de 2006 -, receberão em março próximo o resíduo do Pecúlio.

Na época, um montante parcial (90%) foi devolvido aos participantes, ficando um saldo de 10% retido por 10 anos pela Fundação Cesp com duas finalidades: cobrir o pagamento de indenizações de sinistros ocorridos e não avisados e cobrir eventuais contingências.

Segundo divulgação da própria Fundação, a data para pagamento do resíduo está prevista para 31 de março de 2017.

O saldo total disponível para distribuição é de R$ 12.001,232 para os 23.241 participantes que têm direito, podendo variar o valor mínimo entre R$ 2,00 a R$ 251,00 e o máximo entre R$ 313,00 a R$ 1998,00 para cada um, por empresa, conforme tabela abaixo.

AES Tietê: Acordo dos Operadores e Base 200

Entre inúmeras vitórias de 2016, duas se destacam na AES Tietê Energia: o Termo de Acordo de Operadores que foi implementado a partir de 01 de janeiro de 2016 e o pagamento do acordo Base 200, ocorrido no último mês de setembro.

Referente ao Acordo dos Operadores, apesar dos diversos equívocos cometidos pela empresa no decorrer da sua implementação, o Sindicato manteve a serenidade e a capacidade para, através de um processo negocial, solucionar a maior parte dos problemas.

O grande detalhe: o Termo Aditivo estabelece, entre outras premissas, a empregabilidade aos trabalhadores.

Sobre o acordo Jornada Base 200 horas, em setembro passado a Caixa Econômica Federal (CEF) depositou na conta dos 123 trabalhadores da AES Tietê Energia inclusos na lista do processo os valores referentes ao acordo. O valor global do processo foi de R$ 695 mil. O cálculo foi individualizado e abrangeu o período de 1º de janeiro de 2010 a março de 2016, levando em consideração as horas extras.

Esses trabalhadores tinham como base a jornada de 220 horas. E a redução na jornada de trabalho fazia parte da pauta de reivindicações desde 2012, tendo se tornado uma bandeira dos trabalhadores.

CPFL: Assinado Acordo de Majoração da Escala

O Stieec/Sinergia CUT e a CPFL assinaram, no dia 30 de novembro, o ACT da Majoração da Escala 6x8x3 da CPFL. A nova jornada começou a valer em 1º de dezembro em toda base do Sindicato na CPFL Paulista. Esse Acordo tem vigência de 1 ano e faz parte do acordo judicial que o Stieec e empresa celebraram em 2015. Foi uma condição proposta pela CPFL de acertar a carga diária de trabalho dos plantonistas (que trabalhavam 7 horas e 20 minutos por dia) igualando com a do Comercial (que trabalha 8 horas/ dia).

Um dos pontos desse Acordo é o reajuste salarial de 9,36% para todos trabalhadores que terão a jornada majorada de 7 horas e 20 minutos de trabalho por dia para 8 horas de trabalho por dia. Confira todos os itens no site do Sinergia CUT (**www.sinergiacut.org.br**).

O Sindicato optou por assinar o ACT por 1 ano porque nesse período estará avaliando as mudanças e impactos das regras acordadas. Caso nesse período seja necessário algum ajuste, o Sindicato irá procurar a empresa para eventuais acertos, bem como avaliar sobre possíveis adequações para o próximo Acordo.

Há esperança para o setor energético em 2017?

Governo ilegítimo usa 2016 como lançamento de filme de terror para trabalhadores em 2017

Sem ouvir a sociedade, Palácio do Planalto e dos Bandeirantes retomam privatização e vão finalizar o desmonte do setor elétrico no próximo ano. Só a mobilização poderá fazer diferença

O governo ilegítimo instalado no Palácio do Planalto age como um cupim em um armário de madeira: destrói de modo silencioso. O setor elétrico não foge á regra. Uma série de medidas adotadas neste ano produziu um efeito que só produz pessimismo para 2017. Mais sucateamento, desemprego, acidentes de trabalho e tentativa de retirada de direitos dos trabalhadores.

O passo inicial foi dado no primeiro dia do golpe, quando o governo federal instalou o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI e retomou o projeto de privatizações.

Apesar dos pedidos de aporte de R$ 10 bilhões do Sistema Eletrobrás para 2017, o governo limitou os repasses a R$ 3,5 bilhões às suas distribuidoras. Pior: na reforma do Conselho de Administração da Eletrobrás, vários inimigos dos trabalhadores estão de volta, como Wilson Pinto Ferreira Júnior, de recordações desagradáveis na CPFL e que vão atrapalhar ainda mais em 2017. Infelizmente.

O pacote de maldades tem ainda o veto de proteção aos direitos dos trabalhadores na Medida Provisória que regulamenta o processo de privatizações. A justificativa ao veto foi: "Os dispositivos poderiam dificultar a transferência de controle acionário de empresas, bem como produzir um potencial risco fiscal para o ente público, ao onerar outras empresas ou sociedades sob seu controle (...)". Como acreditar em cenário positivo em 2017 diante deste saco de maldades? Além disso, o governo já fez um edital para contratar uma empresa de consultoria para avaliar e definir o processo de venda de empresas como a CERON (Rondônia), Boa Vista Energia (Roraima), Amazonas Energia (Amazonas), CEPISA (Piauí), CEAL (Alagoas), Eletroacre (Acre). A expectativa é que procedimento seja finalizado até 21 de dezembro de 2016.

A fúria de privatização foi representada pela CELG. A primeira tentativa foi adiada por não aparecerem interessados e teve preço mínimo de $ 2,8 bilhões e não foi arrematado.

O leilão aconteceu em 30 de novembro e com lance mínimo de R$ 1.792 bilhões. A ENEL (empresa de capital italiano) foi a empresa vencedora do leilão com lance de R$ 2,187 bilhões. Um patrimônio construído por décadas e vendido a preço de banana.

Se o quadro é delicado no âmbito federal, o que dizer do governo estadual? As perspectivas não são animadoras. O Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - CDPED, recomendou ao Governador do Estado de São Paulo a retomada dos trabalhos e os estudos necessários à privatização da CESP, que tem os controles das usinas de Porto Primavera, Jaguari e Paraibuna. E com uma pegadinha: como o contrato de concessão das usinas não venceu, isto não gera abrangência pela Lei 12.783/13. Quando a concessão vencer, o controlador terá a prerrogativa de, no último ano, solicitar mais 30 anos de concessão.

Se a avant première é tão ruim, qual a saída?

Simples: a mobilização da classe trabalhadora em cada local de trabalho.

Buscar conscientizar cada companheiro que a privatização de hoje será o desemprego de amanhã. Ações na justiça, atividades na porta das empresas e todo tipo de atividade será fundamental para defender o patrimônio do povo brasileiro e paulista. O ano de 2017 será de luta.

Venha com a gente! Ajude a defender o que é seu!

Muita luta para a classe trabalhadora em 2017

Não caia na ilusão de imaginar vida fácil para trabalhadores de outros setores em 2017. Pelo contrário. O pacote de maldades do atual governo parece infinito.

O primeiro passo é fazer com que entre em vigor de maneira definitiva que o negociado fique acima do legislado. Ou seja, a legislação trabalhista ficaria inutilizada. E o poderio econômico passaria por cima do movimento sindical. Dois projetos tramitam na Câmara dos Deputados. O primeiro é o PL 4193/12, do deputado Irajá Abreu (PSD-TO), e o segundo é o PL 4962/2016, do deputado Júlio Lopes (PP/RJ).

Outra prioridade é impedir a aprovação no Senado Federal do PL 4330/04, já aprovado na Câmara dos Deputados e que se entrar em vigor na instância final inaugura um processo de terceirização indiscriminado no Brasil. Inclusive nas atividades fins. No próximo ano, a perspectiva é única: sem luta não haverá saída.

Mais negócios da China no horizonte?

Como é tradição no Estado de São Paulo nos últimos anos, o setor elétrico virou um autêntico Cassino. Prova disso é que em 1º de julho deste ano, a CPFL Energia divulgou fato relevante.

No documento, existe o relato de que a Camargo Corrêa aceitou proposta da State Grid para a compra de sua parcela societária e as demais controladoras aderiram à proposta, o que poderia deixar os chineses com 53,3% do capital social.

Os representantes dos trabalhadores nos Comitês Gestores dos Planos da Fundação CESP (BSPS) acertadamente aderiram a venda. Se não tomasse tal decisão, o futuro movimento dos chineses levaria a desvalorização das ações e automaticamente em prejuízo aos trabalhadores.

Mais de três meses depois, em 10/09/2016, a China Three Gorges (CTG) informou ao mercado a compra dos ativos da DUKE ENERGY por R$ 1 bilhão.

Na CESP, os chineses arremataram as usinas de Três Irmãos, Jupiá e Ilha Solteira pela CTG

Conclusão: o mandarim pode virar a língua dominante no setor elétrico brasileiro e você verá que não é nada bom. Basta dizer que em alguns setores o valor da hora trabalhada na China é de US$ 1,28 e as férias anuais são de apenas cinco dias.

4819: MTE solicita que CTEEP envie relação de nomes por base territorial à Fazenda

Na audiência solicitada pelo Sinergia CUT no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para tratar sobre o pagamento dos vencimentos reajustados dos aposentados da Lei Complementar 4819, além dos dirigentes sindicais compareceu o representante da Secretaria da Fazenda. Já o representante da CTEEP não foi e nem justificou a ausência. A audiência foi realizada no dia 28 de novembro.

O mediador do MTE entrou em contato com a empresa e solicitou que, num prazo de cinco dias úteis, ela enviasse à Fazenda com cópia à Gerência Regional do Trabalho (GRT), a relação dos aposentados 4819 estratificada por base territorial. Pediu ainda ao representante do governo que envidasse esforços junto à Fazenda para o pagamento a todos e, se necessário, que a Secretaria realizasse o pagamento aos aposentados que estão na base dos sindicatos que já estão com a situação regularizada junto ao Mediador, como é o caso do Sinergia CUT.

Caso a empresa não cumpra a determinação, o Sindicato tomará as medidas judiciais cabíveis.

É preciso lembrar

Historicamente, a Fazenda iniciava o processo de pagamento aos 4819 depois que os Acordos Coletivos de Trabalho estavam assinados entre as partes – sindicatos e empresa.

Neste ano de 2016, o Sinergia CUT assinou o Acordo em meados de agosto e a CTEEP, em setembro. Em outubro, apareceu uma exigência vinda da Secretaria da Fazenda de que os acordos deveriam ser inseridos no Sistema Mediador, junto ao MTE. Os sindicatos que fazem parte do projeto Sinergia CUT, tão logo receberam a informação da CTEEP, iniciaram os processos de inserção no sistema Mediador.

Restabelecimentos das parcelas das incorporações para os 111

Em 16 de novembro, a juíza substituta do Trabalho da 1ª Vara do Trabalho de Campinas, determinou a intimação da Fazenda Estadual para que comprove, no prazo de 10 dias, o restabelecimento das parcelas "Incorporação de Ação Judicial e "Adicional de Incorporação de Ação Judicial" na complementação de aposentadorias/pensões para os substituídos indicados às folhas 1757/1758, sob pena de arcar com multa diária de R$ 500,00, por dia e por beneficiário, até o efetivo cumprimento da ordem.

Ou seja, os 111 aposentados e pensionistas, sócios do Sindicato, que fizeram contato com o Departamento Jurídico porque ainda não estavam recebendo as rubricas acima mencionadas, devem ter a situação regularizada em breve. A intimação foi feita por carta precatória expedida para São Paulo, na pessoa do Procurador Geral do Estado.

Caso a Fazenda não cumpra a determinação, o Sindicato tomará as medidas judiciais cabíveis.

Espaço destinado à etiqueta dos Correios e Telégrafos

Sindicato dos Trabalhadores Energéticos de SP
R. Dr Quirino, 1511, Centro.
Campinas - SP. CEP 13015-082

Impresso